

ATA DA OCTAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP, realizada pelo aplicativo ZOOM, a 27 de dezembro de 2023, com início às 16h00 de Lisboa, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Aprovação da Ata da reunião presencial em Lisboa nos dias 14,15 e 16 de novembro; 2) Avaliação da eleição ao CCP; 3) SNS e os que vivem no estrangeiro; 4) Atos eleitorais em 2024; 5) Despedidas e Assuntos Gerais. Presentes os Conselheiros Flávio Martins, Amadeu Batel, Ângelo Horto, Lígia Fernandes, Maria de Lurdes De Almeida, Rita Santos, e Paulo Martins em representação do Cons. Daniel Loureiro. Justificaram a sua ausência os conselheiros Paulo Marques, e Manuel Coelho. Colocou-se em votação a ordem de trabalho e esta foi aprovada conforme a convocatória, passando-se assim ao ponto 1) Aprovação da Ata da reunião presencial em Lisboa nos dias. 14,15 e 16 de novembro. O Cons. Flávio Martins cumprimenta a todos os presentes e pergunta se há alguma observação a fazer. Não havendo nenhuma procedeu-se então à aprovação da mesma, e foi aprovada por unanimidade. Continuou-se então com o ponto 2) Avaliação da eleição ao CCP- O Cons. Flávio Martins informa que há 75 eleitos dos 90 Conselheiros e que por coincidência os 10 que a lei aumentou (de 80 para 90) foram os 10 que aumentou o CCP (de 65 para 75), portanto hoje há 75 Conselheiros eleitos e 15 áreas que não tiveram candidaturas. Dos 75 eleitos, 31% são mulheres o que demonstra um aumento da participação feminina mas que ainda fica abaixo de 1/3. Participa que se deve aguardar a comunicação do SECP para que os Conselheiros façam a toma de posse nos seus respetivos Consulados e Embaixadas em Janeiro e que possivelmente o Plenário será em Fevereiro e não em Abril ou Maio como se tinha pensado. Lamenta a não reeleição do Conselheiro Paulo Martins porque sempre foi um Conselheiro muito ativo e presente durante este mandato. O Cons. Paulo Martins lamenta não poder continuar como Conselheiro mas reconhece que a outra lista era muito popular e o fator de ser um estado muito pequeno em que as coisas são muito mais próximas, tanto Consulado como Associações, beneficiou a mesma. Faz um balanço positivo destes 8 anos pois pôde estar presente nos três níveis, Regional, Temática e Permanente e por isso queria continuar para dar seguimento ao trabalho desenvolvido, no entanto manifesta que mesmo não sendo Conselheiro continuará a

acompanhar o trabalho do CCP e disponibilizou-se para ajudar no que o futuro CCP considere necessário. Informou também ter descoberto que o recenseamento não está a ser automático, está a ser facultativo como antes porque o “check point” no computador não aparece automaticamente. Aparece em branco e depois é que se coloca o “check point” e isso não foi o que o CCP tinha em mente. Pediu ao Cônsul para enviar uma mensagem para que esta situação seja alterada, porque no fundo não se está a fazer o recenseamento automático, continua a fazer-se a pergunta e isto trás confusão. Considera que há ainda muita falta de informação e muito trabalho a fazer e acrescenta que os mesmos meios de comunicação social ainda estão muito aquém de conhecer o que é o CCP e de se envolverem com o mesmo. A Cons. Rita Santos opina que o que acontecer na eleição do CCP em 26 de Novembro de 2027 vai repercutir nas eleições do dia 10 de Março. Manifesta que em 2015 havia 70.000 recenseados e esta vez só estavam 50.000. O que é que aconteceu neste período? Explica que há várias situações que levam a esta situação. Uma delas é que se o Cartão de Cidadão permanece 2 anos sem renovar o utente fica automaticamente fora da lista e há muita dificuldade de conseguir marcação on-line havendo portugueses a tentar há um ano sem sucessos. Quando os portugueses residentes em Macau e Hong Kong vão ao Consulado fazer a renovação do cartão de cidadão não são informados que precisam de colocar uma cruz para manifestar que pretendem ser recenseados. Assim ficam excluídos dos cadernos eleitorais. Há situações em que os casais vão renovar ao mesmo tempo os respetivos cartões de cidadão, um cônjuge está recenseado e outro não. Macau é uma situação muito especial, muitos dos portugueses não falam português e muitos quando vão ao Consulado nem sequer lhes fazem a pergunta se pretendem continuar a estar recenseados e, portanto, perdem o direito de poderem votar. Há provas de pessoas com as quais ocorreu esta situação. Ao Consulado foram quase 4.000 a votar no dia da eleição e somente puderam votar aproximadamente 1.900 como consequência do problema de terem sido excluídos dos cadernos eleitorais sem saberem os motivos. Outro ponto é que nem todos os Consulados fazem a mesma publicidade das eleições. Há alguns que publicam as listas dos candidatos e edital do resultado da eleição, havendo situações que o enviam aos conselheiros. Em Macau, o candidato teve de ir ao Consulado tirar fotografia do edital do resultado da eleição ali afixado. No Facebook do Consulado Geral de Portugal não publicou o resultado da eleição

da China. Isto demonstra que o MNE não dá instruções adequadas para todos os Consulados e Embaixadas para fazerem a propaganda como deve ser, uns fazem mais e outros menos. Expressa que foi uma situação muito embaraçosa e espera que o mesmo não aconteça com as eleições do dia 10 de março.

Para aqueles que não puderam votar, pediram para ir ao Consulado na semana seguinte para fazer o recenseamento. Mas quando chegaram lá disseram aos portugueses para fazer marcação on-line mas deram um email que não podia dar acesso. Posteriormente o Consulado Geral escreveu um novo email na página do Facebook sem avisar os conselheiros que já tinham comunicado mais de 10 mil pessoas com o anterior email para fazer o recenseamento até 10 de Janeiro.

O Cons. Ângelo Horta opina que quando a promulgação desta lei não tiveram noção do que é a paridade pois colocaram 50% e o resultado foi outro, 30% para a participação feminina. Este 50% criou uma dificuldade enorme na formação das listas. Por outro lado deve ter-se a nítida perceção que para ganhar as eleições no CCP, deve ser feito um trabalho muito dedicado, é nas Associações, é nos programas de rádio, é no corpo a corpo, etc., porque somente assim conseguir-se-á sucesso. Isto aplica também para as eleições do 10 de Março. Senão se fizer um bom trabalho de campo não se vão obter bons resultados porque lastimosamente a informação não chega aos eleitores das comunidades. Muitos não sabem sequer que vai haver eleições. O Governo acredita muito na RTP mas esta não está em todos os lados, como por exemplo o Brasil, porque somente chega aos que têm assinatura e poucos portugueses têm acesso a esse serviço. O Cons. Amadeu Batel considera que as eleições legislativas e as eleições para o CCP são duas coisas totalmente diferentes, com público e populações todas distintas. O recenseamento automático foi uma grande conquista de 2018 mas não foi devidamente acompanhada com medidas para que pudesse realmente funcionar. As eleições para o CCP são umas eleições circunscritas ao movimento associativo e a organizações não governamentais e não podem, portanto, ser comparadas às eleições legislativas pois o número de destinatários é extremamente reduzido e fica por saber ainda se com o voto eletrónico e presencial este número aumentaria significativamente. Sabe-se que as listas para o CCP saem na sua maioria das Associações e são apoiadas pelos dois grandes partidos PS e PSD. Enfatiza que o que o

preocupa é o futuro do CCP. O posicionamento dos muitos dos novo Conselheiros é preocupante e daí ter algumas reservas com respeito à continuidade do trabalho que até agora tem sido feito. O Cons. António Cunha, baseado no comentário do Cons. Amadeu Batel pergunta se os presentes reunidos consideram que o trabalho vai começar todo de novo e que isto seria muito grave, por isso considera que o líder do CCP deve ser uma pessoa com experiência e com o conhecimento profundo do trabalho que está a ser feito pois muitos dos novos Conselheiros não sabem sequer o que é o CCP e as suas funções. Espera e deseja que o trabalho feito até agora seja para continuar, porque se é para começar tudo novamente, então é um irrespeito para o trabalho desenvolvido até agora. O Cons. Flávio Martins observa que esta eleição do CCP teve uma renovação mas que nem sempre uma renovação significa uma melhoria, pode ser um retrocesso ou também pode continuar tudo como está. Passou-se então para o ponto 3) SNS e os que vivem no estrangeiro- O Cons. Flávio Martins começa por mencionar a notícia que foi divulgada há duas semanas e que gerou muito alarme ao ponto que o Governo acabou emitindo uma nota explicativa dizendo que não era nada como tinha sido noticiado. No entanto continua a preocupar porque o texto do despacho não sofreu alteração. Notifica que é motivo de preocupação para quem reside fora da Europa mas que aqueles que residem no espaço europeu também terão problemas se não possuem uma espécie de cartão do país no qual residem a dizer que pertencem à União Europeia. Esclarece que primeiro ficou muito apreensivo porque pensou que isto tinha acontecido depois da promulgação da lei, mas depois averiguou que este despacho data do princípio do ano. Ficou ainda mais surpreendido ao saber que até o SECP e os próprios partidos políticos desconheciam a existência deste despacho. O Cons. António Cunha considera que devido a tudo isto que está a acontecer o Conselho Permanente deve manifestar por escrito o seu repudio e todos concordaram com esta proposta. O Cons. Paulo Martins manifesta ainda que tudo tem a ver com a residência fiscal estar fora ou dentro de Portugal e que os Portugueses a residirem fora já perderam alguns benefícios e agora ainda vão perder mais este. O Cons. Amadeu Batel expressa que a questão que se coloca aqui é porquê o Governo retira aos portugueses a residirem no estrangeiro o direito à saúde consagrado na Constituição assim como outros direito e garantias que já foram retirados. Se se analisa com atenção pode-se apreciar que não é somente o Serviço Nacional de Saúde. Quando se

fala da igualdade de direitos pode observar-se que há muitas áreas em que isto não existe, como por exemplo na participação cívica e política os Portugueses residentes no estrangeiro não têm direitos iguais ao Portugueses que residem no território nacional. Opina que ao responder deve responder-se apelando ao Direito Constitucional da Igualdade, que não é somente na área da saúde mas em todas as áreas da vida pública. A Cons. Maria de Lourdes concorda também com as palavras do Cons. Amadeu Batel e considera que é imprescindível fazer o comunicado a manifestar o descontentamento por esta e outras situações já que se continua a tratar as Comunidades como Portugueses de segunda. O Cons. Flávio Martins informa então que vai fazer uma minuta em que o CP se manifesta a respeito deste particular. Continuou-se então para o ponto 4) Atos Eleitorais- O Cons. Flávio Martins lembra dos três atos durante o primeiro semestre que são: as Eleições Regionais dos Açores, as Eleições Legislativas e as Eleições Europeias, sendo que em relação às eleições regionais dos Açores as Comunidades continuam a não poderem participar apesar que a própria Comissão Temática e este Conselho Permanente por diversas vezes sugeriram que alguma alteração fosse feita nesse sentido, mas nada mudou. Em relação às eleições legislativas do dia 10 de Março foi informado que para fazer as alterações para exercer o voto, estas devem ser feitas até ao dia 10 de Janeiro mas alerta que esta informação não é de todo correta pois existe um “gap” de 21 dias. O Cons. Amadeu Batel opina que as eleições legislativas são mais importantes que as europeias porque ainda são por correspondência/voto postal (presenciais só por declaração do eleitor e esta deve ser feita até ao dia 10 de janeiro) . As europeias, essas sim são presenciais. Sendo assim considera que se a participação nas comunidades atingir um 10% já é um ótimo resultado. O Cons. Paulo Martins expressa que ao não haver cadernos desmaterializados os resultados vão ser os mesmos que os de outrora. Uma vez debatido este ponto passou-se então ao ponto 5) Assuntos Gerais e Despedidas- Todos os Conselheiros agradeceram a liderança do Cons. Flávio Martins e esperam que ele possa continuar à frente deste órgão para que o trabalho desenvolvido ao longo destes oito anos possa ter continuidade devido à sua importância para as Comunidades. Manifestaram também que a coesão do grupo foi de vital importância para os objetivos conseguidos e lamentam a não continuidade dos Conselheiros Amadeu Batel, Ângelo Horto, Pedro Rupio, Paulo Martins, Lúcia Fernandes e Maria de Lourdes De Almeida. Ao mesmo

tempo, estes mesmos Conselheiros expressaram que o fato de não continuarem no CCP não significava que se desligavam das Comunidades. Continuarão a acompanhar as mesmas nos seus respetivos países de acolhimento e disseram estar disponíveis para ajudar o CCP sempre que este Órgão assim o entendesse e requeresse. Uma vez mais o Cons. Flávio Martins agradece a todos a colaboração durante este período e assim, nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18h10 (hora de Lisboa), mandando-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária, na forma do regulamento deste Conselho Permanente do CCP.

Flávio Martins

M. Almeida